

UNIVERSIDADE DO MINHO

CAMPO ARQUEOLÓGICO

Digitalizado por FCLB

Palácio dos Biscainhos
BRAGA — PORTUGAL

Exm^o.Sr.

Professor Doutor Pinto Machado

PORTO

Sua referência

Sua comunicação de

Nossa referência

Data

Arq.115

8.2.78

Assunto

Junto envio um relatório sobre a situação do CAUM, há tempos pedido por V.Exa.

Com os melhores cumprimentos.

peí O Director do Campo
Dr.Francisco J.S.Alves

Augusto Baneth Nunes

Digitalizado por FCLB

RELATÓRIO

Completo

5 de 6
1 de 5

I - VALOR ARQUEOLÓGICO E CULTURAL

Bracara Augusta, a actual Braga, foi importante urbe romana, cujo centro urbano, como vulgarmente aconteceu noutras cidades europeias, no dealbar da Idade Média sofreu uma deslocação, neste caso concreto para Noroeste.

Em consequência disso, cerca de dois terços da área ocupada pela cidade romana foi votada ao abandono e transformada em terreno de cultivo. Não se perdeu, no entanto a memória da sua existência, recordada por referências bibliográficas a partir do séc.XVII.

As recentes urbanizações, realizadas na Colina de Maximinos desde o início dos anos 60, trouxeram à luz do dia alguns vestígios da Bracara Augusta que, no entanto, começaram a ser sistematicamente destruídos. Este facto esteve na origem do movimento de cidadãos (CODEP) que em 1976 alertou as entidades responsáveis sobre o atentado contra o Património que em Braga se estava a perpetrar, o que, por sua vez, motivou a criação do Campo Arqueológico da Universidade do Minho, com o fim prioritário de salvar Bracara Augusta.

Os estudos bibliográficos, cartográficos e arqueológicos até hoje feitos revelaram que a Colina de Maximinos, os terrenos que ladeiam o Convento da Regeneração e a área delimitada pelas trazeiras do Hospital e Gov.Civil por um lado, e pela Rua Sá de Miranda e Rodovia, por outro, são férteis na existência de estruturas e materiais provenientes da cidade romana, o que, na sua quase totalidade, foi confirmado pelas sondagens de resistividade eléctrica realizadas "in loco" pela equipe do Centre de Recherches Geophysiques de Garchy, em Setembro de 1977(ver anexo 1).

Tudo leva portanto a crer que, nesta vasta área, correspondendo grosso-modo à zona protegida pelo decreto nº99-A/77 de 30 de Julho (anexo 2), se encontra soterrada a última parte da cidade romana passível de ser recuperada.

O valor cultural que está em jogo, sendo indiscutível, não se pode no entanto definir, para já, quanto ao tipo de urbanismo específico. Sem o resultado de escavações, que não se podem resumir a simples sondagens, é impensável conhecer ou apostar na existência possível de áreas ou conjuntos monumentais, mas, tal como aconteceu na zona do topo da Colina de Maximinos, é natural que nos terrenos a

Digitalizado por FCLB

sul do Hospital se localizem estruturas ainda bem conservadas, sobretudo se levarmos em conta que se encontram numa zona baixa, portanto menos exposta à acção destruidora do tempo e, além disso, conservadas sob um mais espesso leito coluvional (tal é, de resto, a opinião do Doutor Jorge Alarcão). Aliás, as sondagens realizadas pela equipe de Garchy revelam a possível existência de grandes estruturas soterradas nessa área, mas, por si só, tal não basta para nos revelar as suas características.

Em qualquer dos casos, a simples confirmação da existência de urbanismo antigo nesta zona parece-nos da maior importância. Ficaríamos assim a dispor de elementos certamente únicos e decisivos para o conhecimento da urbanização e modo de vida de uma das mais importantes cidades existente em território português na época romana (séc. I AC-séc. V DC), estudos esses que no nosso país se têm praticamente reduzido a Conimbriga. Efectivamente em outros centros urbanos tal trabalho não é possível devido ao facto de a ocupação através dos séculos se ter revestido de características diferentes daquelas que Braga ainda hoje pode ostentar: o crescimento de outros núcleos populacionais importantes de origem romana processou-se na sua quase totalidade com a sobreposição das novas construções às estruturas já existentes, e sempre dentro dos perímetros urbanos definidos desde o século I AC (tal é o caso de Olisipo=Lisboa; Aeminium=Coimbra; Évora=Ebora Liberalitas Julia; Pax Julia=Beja, etc).

Além disso, este facto tem condicionado noutras estações arqueológicas a conservação das diferentes camadas de ocupação. Quanto a Braga - o que é confirmado pelas escavações até agora realizadas - parecem-nos ser da maior importância os largos sectores perfeitamente estratigrafados (sobreposição de diferentes camadas), o que por si só revela o interesse científico do seu estudo.

Num último ponto, parece-nos perfeitamente discutível, além de representar apenas o "gosto" do cidadão comum, o julgar-se que só os vestígios arqueológicos de tipo monumental justificam o seu estudo e preservação. Neste caso concreto de Braga é um típico urbanismo hipodâmico que aflora nas várias zonas já escavadas.

Por todas estas razões Braga ainda é, neste momento, uma oportunidade rara para o estudo da ocupação romana em Portugal.

II - 1 - O PROBLEMA DA INTEGRAÇÃO URBANÍSTICA

Demonstrado o interesse científico do salvamento da Bracara Augusta, tentaremos dar agora uma ideia das dimensões deste projecto relativamente ao espaço urbano, dado que a localização da cidade romana coincide parcialmente com um dos núcleos do desenvolvimento de Braga. Esta situação, pelos interesses que estão em jogo, tem motivado fortes tensões, de que o expoente máximo tem sido o empenho que a Câmara Municipal de Braga tem mostrado em urbanizar algumas dessas áreas.

A primeira dessas zonas que foi posta em causa, a Colina de Maximinos, como é sabido já não constitui problema, visto ter sido atribuída à Câmara Municipal de Braga uma importante verba, que permitiu a efectivação da troca desses terrenos por outros com que foram indemnizados os seus anteriores proprietários.

O mesmo não sucede em relação aos terrenos localizados a sul do Hospital, por onde se projecta prolongar a Rua 25 de Abril, que se pretende funcione como um ramal de descompressão do trânsito no centro da cidade (o que, segundo certos especialistas, é considerado como uma solução altamente discutível).

O Campo Arqueológico tem vindo a ser afectado no seu funcionamento normal pelas pressões a que essa situação o sujeita (ver anexos 3 e 4), o que a curto prazo se manifesta na necessidade de, até finais de Março, ter de realizar sondagens pontuais na imensa área prospectada pela equipe de Garchy, numa tentativa de confirmação dos resultados expressos no seu relatório.

Esta urgência justifica-se pelos prazos impostos pelo decreto 99-A/77 de 30 de Julho, que obriga à apresentação até 30 de Julho de 1978 de um estudo de integração urbanística da zona arqueológica em que serão definidos os parâmetros da conciliação entre esses dois interesses.

Desde já se antevê como estreita a colaboração entre o CAUM e o arquitecto urbanista designado pela C.M.B. para esse estudo (Arq.Meneres), tendo já sido estabelecidos os preliminares dessa cooperação (anexo 4).

II - 2 - CAPACIDADE DE RESPOSTA DO CAUM

Como desde há muito temos repetido, o CAUM é constantemente solicitado para resolver situações para as quais não está minimamente dimensionado.

Esta evidência não se verifica primordialmente no plano quantitativo, visto neste momento o CA mobilizar, a título permanente ou em part-time, cerca de 30 pessoas, estando previsto para breve, coincidindo com o início das sondagens na zona da projectada Rua 25 de Abril, um aumento de 50% do seu número de efectivos. Com efeito, cerca de 15 a 20 pessoas serão afectadas às ditas sondagens, dado o curto prazo de tempo de que se dispõe para as realizar (três meses). As restantes pessoas serão distribuídas 1)-pelos trabalhos de levantamento de campo; 2)-pelos trabalhos de laboratório improvisado de apoio às escavações; 3)-trabalho de laboratório programado (restauro e desenho de materiais); 4)-trabalho de inventariação arqueológica; 5)-serviços anexos (secretariado; limpeza e manutenção das instalações; pedreiro e artífices diversos para consolidação das estruturas arqueológicas, vedações e arranjos diversos)-(anexo 5).

Retomando o que dizíamos atrás, não é a falta de pessoal, em termos quantitativos, que afecta para já o CAUM, tanto mais que parecem estar assegurados os subsídios para 1978, provenientes de várias entidades governamentais.

Falta-lhe, sim, pessoal qualificado, o que quer dizer profissionalizado. Sublinhamos que, para este volume de trabalho e de pessoal, existem apenas 4 elementos contratados. E repetimos que desde Junho de 1976 temos vindo a repisar neste problema, através dos diversos relatórios elaborados, destinados às entidades responsáveis.

Apresentamos, finalmente, para 1978, uma proposta de orçamento bastante clara e pormenorizada, na qual designamos nominativamente a especialidade dos quadros de que estávamos provisoriamente necessitados (anexo 6). O montante dos respectivos vencimentos elevar-se-ia a cerca de mil e setecentos contos.

Porém, até agora, o MEIC pôde apenas garantir para esse fim a verba de 1000 contos, o que é manifestamente insuficiente.

Repare-se que, para preencher provisoriamente os nossos quadros, apenas para dar resposta aos problemas levantados pelas

sondagens a realizar na zona da Rua 25 de Abril, tentámos a colaboração de vários arqueólogos portugueses, que nos responderam negativamente, dada a precaridade das garantias que lhes podíamos oferecer quanto ao seu futuro (todos eles, de momento, são professores de ensino secundário). Igualmente se revelaram infrutíferos os contactos com alguns estrangeiros que colaboraram nas escavações de Verão, praticamente pelas mesmas razões.

Impõe-se portanto encontrar urgentemente uma solução para este problema, que põe em causa a operacionalidade do nosso trabalho.

III - RITMO E VOLUME DE TRABALHO. PLANIFICAÇÃO DE ACTIVIDADES.

1) Sublinhemos enfim que, no nosso entender, o que está em jogo é antes de mais, uma política de prioridades, sem a qual se estará sempre a fazer uma política de tapa-buracos.

A nossa ideia básica é a de que a solução mais eficaz, e ao mesmo tempo a mais económica, em termos de despesa pública, seria a de dotar o CAUM de um quadro de pessoal mínimo, que não excederia, como vimos, os 2000 contos.

A partir dessa base, o governo teria de tomar uma decisão política quanto ao quantitativo das verbas de funcionamento a atribuir anualmente - o que seria estudado a partir de um equilíbrio a estabelecer entre as possibilidades conjunturais e as necessidades concretas.

Assim, escavar-se-ia mais ou menos, com meios mais ou menos importantes, com mais ou menos pessoal. Mas, de qualquer modo, em qualquer circunstância, mesmo na pior das situações, o governo estaria sempre a contribuir para a defesa do Património, não só de Braga mas também da região, como adiante se referirá.

Esta política seria, quanto a nós, a mais racional, dada a situação nacional, dado o carácter universal dos valores culturais que estão em jogo e dado o potencial de boa vontade e de carolice e espírito de cooperação com que se pode contar, da parte da juventude mesmo no pior dos casos.

Mas tudo isto não chegará se não existir uma equipe mínima profissionalizada, tout court, operacional.

2) A breve prazo, o planeamento das actividades do CAUM é o seguinte:

a) Verificar no terreno, com prospecções e sondagens, os resultados da investigação realizada pela equipe francesa do C. R.G. de Garchy (até fins de Abril).

b) Elaborar e apresentar os primeiros resultados das escavações até agora efectuadas.

c) Preparar um tipo de trabalho de investigação arqueológica original, com base na disciplina Teoria e Prática Arqueológica, cuja responsabilidade pedagógica e didáctica é atribuída ao CAUM, a partir de 29 de Março p.f., pela Unidade de Ciências Sociais da U.M.

d) Realizar, durante o Verão, três meses de campanhas internacionais de escavação.

e) A partir de 1978, ano chave para a definição dos problemas de índole arqueológico-urbanística, estudar o planeamento geral das escavações a realizar futuramente, de acordo com as decisões políticas a tomar pelo Governo.

f) Definir o tipo de colaboração a prestar ainda este ano ao Parque Nacional Peneda Gerês, de acordo com o estabelecido no protocolo recentemente assinado entre a Universidade do Minho e aquela entidade.

IV - INSTITUCIONALIZAÇÃO E FUTURO DO CAUM

1) É obrigação imediata manifestar a necessidade urgente de definir institucionalmente a unidade da Universidade do Minho que até agora tem sido designada por Campo Arqueológico, dados os recentes acontecimentos que têm vindo a alterar, ou melhor, a clarificar certos condicionantes deste problema.

Trata-se em primeiro lugar do facto de o Estado ter adquirido os terrenos da zona central da Colina de Maximinos (onde está situado o ponto fulcral de intervenção arqueológica) cuja posse foi transferida posteriormente para o Município bracarense.

Não nos competindo comentar esta solução, nada nos impede de considerar como lógica esta opção governamental, tanto mais que estes terrenos possuem um onus de utilização arqueológica que os

Digitalizado por FCLB

protege contra qualquer atentado ao Patrimônio.

Acontece porém que desde que o Campo Arqueológico - entendido como espaço físico - é pertença da Câmara de Braga, agudizou-se a contradição e estabeleceu-se a confusão entre esta designação e a da unidade de investigação arqueológica da Universidade do Minho.

O Campo Arqueológico é neste momento simultaneamente considerado como o conjunto de terrenos com ruínas arqueológicas (cujo proprietário é a C.M.B.) e o núcleo que estuda os mesmos (que é parte integrante da Universidade do Minho).

Convém pois, à priori, e quanto mais não seja, formalmente, escolher com a maior brevidade a denominação a atribuir a esta unidade de investigação e intervenção arqueológica da U.M..

Não nos competindo exclusivamente essa tarefa, podemos no entanto adiantar algumas sugestões: Instituto de Arqueologia da U.M.; Centro de Arqueologia da U.M.; Centro Arqueológico da U.M.; Centro de Estudos Arqueológicos da U.M.; etc..

Esta unidade, que conciliaria a investigação e o ensino com o serviço de apoio à comunidade, de acordo com o tríplice objectivo da U.M., estaria a ela indissolivelmente ligada pela especificidade da sua vocação (universitária e regional), pelo prolongamento pedagógico-didático e pelas afinidades com outras unidades de investigação e apoio (Física, Química, Geologia, Oficinas Gerais, Reprografia, Serviços de Documentação e Animação Cultural, etc.).

Queremos no entanto deixar bem vincada a vocação regional que uma unidade de investigação como o Campo Arqueológico pretende seguir. Se neste momento nos batemos por um projecto - o salvamento de Bracara Augusta -, uma instituição deste tipo tem indubitavelmente de ser dotada de uma dimensão que lhe permita transcender os apertados limites de um determinado espaço urbano. E o Norte do país (neste caso o Minho), que no plano arqueológico não pode reduzir-se ao salvamento de Bracara Augusta, desde há muito necessita de uma força dinamizadora que lhe permita preservar e estudar o seu imenso potencial arqueológico (este panorama aliás, é comum a todo o país, sendo portanto um problema que nos transcende: ambiciosamente podemos perguntar, quem sabe se esta experiência original não poderá justamente ajudar a lançar as bases de uma política arqueológica nacional).

2) PROBLEMAS DE GESTÃO E FUNCIONAMENTO

Atendendo a que na fase actual o essencial da actividade da unidade de intervenção arqueológica é o salvamento da Bracara Augusta, pelo qual estão motivados vários ministérios e entidades, convém definir rapidamente o modo de gestão deste projecto, dadas as suas implicações. Estas, no plano local afectam directamente a Câmara Municipal de Braga e a Universidade do Minho, como já vimos, e a Assembleia Distrital que se tornará a entidade encarregada da protecção do Património regional e local.

COMPETÊNCIAS:

a) O grupo de intervenção arqueológica encarregado do salvamento da Bracara Augusta seria a unidade de investigação da U.M., ficando portanto o MEIC exclusivamente responsabilizado pelo pagamento do seu quadro de pessoal permanente.

b) A Secretaria de Estado da Cultura atribuiria à U.M. uma verba anual para funcionamento e equipamento dessa unidade.

c) Os Ministérios da Administração Interna, das Obras Públicas e da Habitação, Urbanismo e Construção, atribuiriam um montante global de um orçamento, proposto pela unidade de investigação arqueológica, através da U.M..

d) Estas verbas, assim como a actividade geral - quanto ao planeamento e execução, seriam geridas por um Conselho de Gestão constituído por representantes de cada uma das unidades interessadas ao projecto: MEIC (UM e CAUM); SEC; MAI; MOP; MHUC; CMB e ADB.

O referido Conselho de Gestão reuniria trimestralmente, sendo dentro dele constituído um Secretariado Executivo, composto basicamente pelos representantes da U.M. (Unidade de Arqueologia e Comissão Instaladora), Câmara M.de Braga, Assembleia Distrital e ainda por um elemento para os contactos com os Ministérios (que desempenha as funções até agora atribuídas ao GATDSZAB). Este Secretariado reuniria semanalmente.

e) para uma maior operacionalidade, estas verbas seriam directamente administradas por uma das duas entidades dispondo dos serviços adequados - CMB ou UM (ou as duas) - a decidir superiormente.

São estas, em linhas gerais, as propostas que o CAUM apresenta para solucionar um problema que necessita de uma urgente cla-

Digitalizado por FCLB

rificação, de modo a que, de imediato, seja possível uma ainda maior capacidade de resposta desta unidade aos desafios que quase diariamente lhe são lançados.